

InterAção

Vol: 01 - Nº: 01
ISSN: 1981-2183
2026

IX

SIMPÓSIO DOCENTE

Relatos de experiência dos docentes

3 Editorial: inteligência artificial, formação acadêmica e os caminhos humanos da aprendizagem

7 Inteligência artificial como antagonista? Um relato de experiência a partir da palestra de abertura do IX Simpósio Docente da FAM

13 Uma reflexão sobre o uso da IA

17 Quando o aluno “esquece” de apagar o prompt: um relato sobre autoria, ética e o verdadeiro papel da inteligência artificial na aprendizagem

24 Ética na saúde: limites e potencialidades da utilização da inteligência artificial na Psicologia: um relato de experiência a partir da Psicanálise

31 IA no aprender: enfrentar? Desconfiar? Aceitar? Se entregar?

38 Docência, estudantes e o uso responsável da inteligência artificial no ensino superior

Editorial: inteligência artificial, formação acadêmica e os caminhos humanos da aprendizagem

Wagner Sturion¹

O **IX Simpósio Docente do Centro Universitário FAM**, realizado entre os dias 2 e 6 de fevereiro de 2026, nasceu da necessidade de discutir uma transformação que já faz parte da realidade da educação superior: a presença cada vez mais intensa da inteligência artificial (IA) no cotidiano acadêmico. Não foi um evento apenas para debater ferramentas tecnológicas, a proposta foi promover uma reflexão pedagógica voltada à melhoria contínua do atendimento ao estudante.

Foi essa busca por compreender como a IA pode ser utilizada de maneira ética, crítica e responsável nos processos de ensino e aprendizagem que movimentou os cinco dias dos docentes do EAD, do ensino semipresencial e do presencial. Eles participaram de palestras, workshops, oficinas práticas e atividades interativas que abordaram os impactos da inteligência artificial em diferentes áreas do conhecimento.

A integração entre modalidades e áreas distintas contribuiu para ampliar o caráter interdisciplinar dos encontros, permitindo que professores compartilhassem experiências, dúvidas e estratégias relacionadas às novas formas de aprendizagem mediadas pela tecnologia.

A abertura contou com a participação do professor doutor convidado Frederico M. Cohrs, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), responsável pela palestra “**Inteligência artificial como antagonista: como o docente pode vencer o algoritmo e reafirmar seu protagonismo humano**”.

Ao abordar a IA não apenas como tecnologia, mas como parte de uma transformação histórica da educação, o palestrante trouxe importantes discussões sobre autoria, pensamento crítico e o papel humano da docência em tempos de algoritmos e respostas instantâneas.

As discussões iniciadas no primeiro dia se desdobraram ao longo da programação acadêmica com temas relacionados à engenharia, comunicação, avaliação educacional, tecnologia, inclusão, hospitalidade, escrita acadêmica, princípios éticos e práticas inovadoras de ensino.

1. Supervisor Pedagógico e de Qualidade Acadêmica do Centro Universitário FAM. Jornalista e ator, pós-graduado em Psicopedagogia, Psicanálise, Psicologia Existencial e Gestão de Negócios.

As discussões iniciadas no primeiro dia se desdobraram ao longo da programação acadêmica com temas relacionados à engenharia, comunicação, avaliação educacional, tecnologia, inclusão, hospitalidade, escrita acadêmica, princípios éticos e práticas inovadoras de ensino.

As discussões iniciadas no primeiro dia se desdobraram ao longo da programação acadêmica com temas relacionados à engenharia, comunicação, avaliação educacional, tecnologia, inclusão, hospitalidade, escrita acadêmica, princípios éticos e práticas inovadoras de ensino.

Em muitas das atividades, os participantes não apenas assistiram às apresentações, mas também vivenciaram experiências práticas, estudos de caso e dinâmicas voltadas à realidade contemporânea da educação superior.

Um dos momentos marcantes da semana foi o **Tribunal de Negociação Pedagógica**, realizado presencialmente no auditório da FAM, localizado na unidade da Rua Augusta, número 973. A dinâmica reuniu professores das três modalidades de ensino em defesas calorosas sobre situações contemporâneas relacionadas ao uso da IA na educação superior.

Não se pôde encontrar respostas definitivas, mas a dinâmica criou um espaço de análise coletiva a respeito de autoria, avaliação, responsabilidade acadêmica e os limites da utilização da IA nos processos formativos.

Uma dessas histórias debatidas no “Tribunal” aparece no relato do professor Paulo Cesar Fernandes Rocha, intitulado “**Quando o aluno ‘esquece’ de apagar o prompt**”. A partir de uma situação real vivenciada em sala de aula, o autor analisa os limites éticos da utilização da inteligência artificial na produção acadêmica, abordando questões ligadas à honestidade intelectual e à cultura da resposta pronta.

A professora Grace Kelly Freitas Mendonça, em seu relato “**Uma reflexão sobre o uso da IA**”, compartilha reflexões sobre autoria e responsabilidade intelectual a partir das experiências vividas durante a oficina. Um dos temas discutidos no artigo é a diferença entre apresentar um texto aparentemente elaborado e efetivamente construir conhecimento ao longo do processo de aprendizagem.

No artigo “**IA no aprender: Enfrentar? Desconfiar? Aceitar? Se entregar?**”, o professor Ricardo Quirino Theodoro apresenta uma experiência marcada inicialmente pela resistência à inteligência artificial e, posteriormente, pela redescoberta de suas possibilidades como ferramenta de apoio ao estudo, ao raciocínio lógico e à interpretação crítica.

A professora Thabata Chaves Pereira Lima discute, em seu relato “**Docência, estudantes e o uso responsável da inteligência artificial no ensino superior**”, os desafios do uso responsável

da IA no contexto das Ciências da Saúde e da Educação Física. Ela destaca aspectos como: validação de informações, responsabilidade acadêmica e a importância da participação ativa do estudante no próprio processo formativo.

Já o professor Ricardo Marinho da Silva, no artigo “**Ética na saúde: limites e potencialidades da utilização da inteligência artificial na Psicologia**”, propõe uma discussão profunda sobre subjetividade, escuta clínica e os limites da automação diante do sofrimento humano. A partir da Psicanálise, o autor levanta aspectos da experiência humana que não podem ser reduzidos a respostas automatizadas.

Ao reunir diferentes experiências vividas no Simpósio, este editorial, voltado especialmente para você, estudante, procura ampliar o diálogo entre tecnologia, educação e responsabilidade acadêmica. Em comum, os relatos apresentados apontam para a necessidade de observar a inteligência artificial não como substituta da aprendizagem humana, mas como ferramenta que exige consciência crítica, responsabilidade docente e maturidade intelectual.

A ideia deste trabalho é convidá-lo(a) a pensar aquilo que continua sendo essencial na formação acadêmica: a capacidade de interpretar, questionar, criar, argumentar, construir conhecimento e assumir responsabilidade sobre aquilo que se produz.

O **Centro Universitário FAM** agradece ao professor doutor Frederico M. Cohrs pela palestra de abertura do **IX Simpósio Docente** e pela contribuição acadêmica presente nesta obra. Agradece também aos palestrantes das oficinas, workshops e atividades práticas, bem como aos docentes que compartilharam seus relatos de experiência neste editorial, contribuindo para ampliar o debate sobre inteligência artificial, formação acadêmica e aprendizagem no ensino superior.

Palestrantes e oficinairos do **IX Simpósio Docente da FAM**:

- Prof. Me. Bruno Nascimento
- Prof. Me. Claudiney Sanches
- Prof. Dr. Frederico M. Cohrs
- Prof. Me. Gabriel Calvi
- Profa. Grace Kelly Freitas Mendonça
- Profa. Lidiane Faria
- Eng. Luna Nascimento
- Prof. Me. Paulo Cesar Fernandes Rocha
- Prof. Ricardo Marinho da Silva
- Prof. Ricardo Quirino Theodoro
- Profa. Renata Mauri
- Profa. Ma. Sandra Rosa Almeida Souza

- Prof. Me. Sérgio Ivanchuk Lopes
- Profa. Thabata Chaves Pereira Lima

WAGNER STURION

Prof. Wagner Sturion é Supervisor Pedagógico e de Qualidade Acadêmica do Centro Universitário FAM. Jornalista e ator, pós-graduado em Psicopedagogia, Psicanálise, Psicologia Existencial e Gestão de Negócios.



Reitora:

Dr.^a Leila Mejdalani Pereira

Vice-Reitoria

Sr. José Roberto Lamacchia

CEO Executivo:

Nilson Barbosa Cardia

Head Acadêmica:

Prof.^a Cyllara Guadalupe Tavares Serrano

Coordenadora Geral de Graduação:

Prof.^a Patrícia Bernardo

Editor Responsável:

Wagner Sturion - Mtb: 25.164

Organização e Produção:

Ana Rigolon

Direção de Arte:

João Antônio Pereira Alves de Lima

Projeto Gráfico | Diagramação:

Caroline Sampaio da Silva Hayashida

Revisão:

Camila Melo e Stephany Cerqueira dos Santos

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO ANTAGONISTA? UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DA PALESTRA DE ABERTURA DO IX SIMPÓSIO DOCENTE DA FAM

| Frederico Molina Cohrs²

O convite e o cenário

No início de 2026, fui convidado a proferir a palestra de abertura do IX Simpósio Docente do Centro Universitário FAM. O auditório estava ocupado por professores de áreas distintas — da saúde às humanidades, da gestão à tecnologia — reunidos para discutir, entre outras coisas, um tema que tem ocupado conselhos de classe, salas dos professores e mesas de bar acadêmicas em todo o Brasil: a chegada massiva da inteligência artificial generativa ao cotidiano da educação. O título escolhido para a fala era propositalmente provocativo: “Inteligência artificial como antagonista?”. O ponto de interrogação, ali, não era um detalhe gráfico. Era o argumento. Por se tratar da conferência de abertura, a palestra tinha também a função de oferecer um eixo comum de reflexão para os debates que aconteceriam ao longo do simpósio.

Escrevo este relato, porém, com um destinatário diferente daquele da noite da palestra. Quem me lê agora não é a comunidade docente da FAM, mas sim seus estudantes. Faço essa transposição de público de forma deliberada, porque me parece que muito do que foi discutido com os professores precisa, com igual urgência, ser conversado com vocês — afinal, é da formação de vocês que estamos falando. Boa parte das decisões que os docentes tomam sobre o uso da IA em sala de aula só faz sentido se os alunos compreenderem por que essas decisões são tomadas e, mais importante, qual papel cabe a vocês nessa equação.

A pergunta provocadora: é mesmo uma guerra?

Abri a palestra com uma imagem de batalha medieval. De um lado, cavaleiros com escudos onde se liam siglas e métodos da educação contemporânea: PBL, SAI (sala de aula invertida), gamificação, aprendizagem por projetos. Do outro, guerreiros bárbaros estampando os logotipos do momento: ChatGPT, Claude, Gemini, Copilot, Kimi. Ao fundo, uma

2. Doutor em Saúde Coletiva (UNIFESP, 2023). Especialista em Pesquisa Clínica (Universidade José do Rosário Vellano, 2022). Graduado em Administração com ênfase em Marketing (Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, 2005).

escola em ruínas, sob bandeira de educação humanizada. A pergunta posta era simples: é realmente uma guerra? A resposta, ao longo da palestra, foi se construindo no sentido oposto: não, não é. Tratar a IA como inimiga é uma escolha conceitual — e, como toda escolha, tem consequências pedagógicas concretas.

Para fundamentar essa posição, percorri brevemente a história das grandes tradições pedagógicas brasileiras. A Escola Nova das décadas de 1920 a 1960, com Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e a inspiração deweyana, marcou a transição do autoritário ao democrático. O Pensamento Crítico dos anos 1960 a 1980, com Paulo Freire, Darcy Ribeiro e Rubem Alves, deslocou o educador do papel de neutro para o de transformador. O Construtivismo das décadas seguintes, com Piaget, Vygotsky, Emília Ferreiro e Dermeval Saviani, redefiniu o professor como mediador e o aluno como construtor do próprio conhecimento. As décadas mais recentes consolidaram as metodologias ativas — PBL, sala de aula invertida, gamificação, aprendizagem por projetos — difundidas no Brasil por nomes como José Moran e Celso Antunes.

Repare numa coisa importante: cada uma dessas tradições redefiniu o papel do professor — de transmissor a democrático, de mediador a facilitador, de facilitador a curador de experiências. Na mesma medida, redefiniu o papel do aluno — de receptor passivo a participativo, de participativo a construtor, de construtor a protagonista ativo, e agora, em 2025, a autor da própria jornada formativa. Essa evolução não foi um acidente. Foi uma resposta histórica a transformações sociais, culturais e tecnológicas. A IA generativa é apenas o capítulo mais recente — e não chega como invasor, mas como mais um agente nessa longa transformação.

Afinal, do que estamos falando quando dizemos IA?

Um equívoco que se repete em discussões apressadas é tratar a inteligência artificial como se fosse uma coisa só. Não é. Para os professores presentes, fiz a distinção entre dois grandes ramos. De um lado, a IA preditiva: aquela que analisa dados, identifica padrões e classifica. É o que recomenda filmes na Netflix, filtra spam no e-mail, reconhece rostos em fotos. Existe há décadas e poucas pessoas a questionam. De outro lado, a IA generativa: aquela que cria conteúdo novo a partir de instruções em linguagem natural, como ChatGPT, Claude, Gemini, DALL-E, Midjourney, Copilot. É essa que mudou tudo — e por uma razão simples: agora, a IA conversa. A interface deixou de ser técnica para se tornar coloquial. Qualquer pessoa que saiba escrever uma pergunta sabe operar uma IA generativa.

E não, isso não é novidade absoluta. A linha do tempo da IA começa em 1956, na Conferência de Dartmouth, onde o termo inteligência artificial foi cunhado. Passou por dois “invernos” — períodos de descrédito e cortes de financiamento, entre 1974-1980 e 1987-1993. Teve marcos como o Deep Blue vencendo Kasparov no xadrez em 1997, o Watson da IBM vencendo o Jeopardy! em 2011, o AlphaGo derrotando Lee Sedol em 2016. A arquitetura Transformer, em 2017, foi a fundação técnica dos grandes modelos de linguagem. O GPT-3 chegou em 2020. E, a partir de 2022, com a abertura pública do ChatGPT, vivemos o *boom* da IA generativa. Lembrar dessa história importa porque ela mostra que estamos diante de uma evolução longa, não de uma ruptura mágica.

Três ilusões que precisamos enxergar

Mas se a IA generativa é, no fim das contas, mais um capítulo dessa história, por que ela mobiliza tanta ansiedade? Porque ela carrega ilusões particularmente sedutoras — e perigosas — se não forem nomeadas. A primeira é a ilusão da interface. A conversa natural com a máquina sugere que ela compreende nossas intenções e emoções. Não compreende. A IA opera sobre algoritmos estatísticos que identificam padrões em dados, sem uma verdadeira compreensão de contexto ou significado. Lembre-se daquele papagaio que repete frases inteiras com entonação perfeita: ele soa humano sem ser humano. A fluência da conversa não é evidência de entendimento. Tratar uma resposta polida como se fosse uma resposta refletida é o primeiro erro de quem usa IA sem maturidade crítica.

A segunda é a ilusão da biblioteca sem bibliotecário. A IA generativa é um repositório vastíssimo de informações: rica em conteúdo, sim, mas carente de curadoria e validação. Não há, embutida no modelo, garantia de qualidade ou de relevância. Sem o equivalente humano de um bibliotecário — alguém que filtra, organiza, hierarquiza e contextualiza — o que se obtém é um oceano de dados desordenados e potencialmente enganosos. Pior ainda: a IA mistura, no mesmo nível superficial, artigos científicos revisados por pares, posts de redes sociais, opiniões pessoais e desinformação deliberada. Para quem ainda não desenvolveu critérios próprios para distinguir uma fonte de outra, isso é uma armadilha epistemológica de proporções consideráveis.

A terceira ilusão é mais sutil e diz respeito ao que a IA não pode produzir: presença humana, compreensão emocional, contextualização cultural densa, ética situada. Por mais que um modelo simule empatia, ele não tem corpo, não tem história, não tem aquele tipo de saber tácito que só se constrói vivendo. Pode ajudar, pode apoiar, pode até inspirar — mas não substitui o encontro entre pessoas que aprendem juntas.

Os dois erros simétricos que precisamos evitar

Diante desse cenário, identifiquei na palestra dois erros que aparecem com frequência quase espelhada nas instituições de ensino. O primeiro é o erro da proibição: a tentativa de banir o uso de IA em trabalhos, provas e atividades. Esse caminho gera resistência, reduz a curiosidade legítima, torna impossível discutir ética de uso (porque ninguém admite que usou), faz perder oportunidades formativas valiosas e instala um clima de desconfiança permanente no ambiente escolar. Proibir o que está ao alcance de um clique no celular de cada estudante é, na prática, fingir que o problema não existe.

O segundo erro, igualmente sério, é o do deslumbramento: a adesão acrítica, a crença de que “engenharia de prompt resolve tudo”, a redução da educação à técnica, o abandono de experiências formativas que demandam tempo, presença e desconforto produtivo em favor da entrega rápida e polida que a IA proporciona. Esse erro é particularmente traiçoeiro porque se apresenta como modernidade, como adaptação ao novo, mas trocar o esforço de pensar pelo esforço de pedir é uma operação que empobrece justamente aquilo que a universidade deveria estar fortalecendo em vocês.

Três papéis para o docente — e seus espelhos para o discente

Diante desses dois desvios, propus aos professores presentes três papéis que considero centrais para o exercício docente nesta etapa. O primeiro é o de curador ético: alguém ativo na seleção e validação de fontes, na contextualização histórica, social e cultural do conhecimento, e no posicionamento crítico diante das narrativas dominantes. O segundo é o de designer de aprendizagem: aquele que personaliza experiências, compreende como cada estudante processa informação, e fomenta curiosidade e criatividade em vez de apenas distribuir conteúdo. O terceiro é o da presença humana: aquele que está ali, em corpo, para perceber dúvidas, medos, alegrias e bloqueios que nenhum algoritmo é capaz de ler.

Mas e vocês, alunos? Cada um desses três papéis tem um espelho que cabe ao estudante assumir. Se o professor é curador ético, vocês precisam se tornar verificadores éticos do que recebem — da IA, do livro didático, do colega, do próprio professor. Conferir fontes, cruzar referências, perguntar de onde vem a informação. Se o professor é designer de aprendizagem, vocês precisam se tornar arquitetos da própria jornada formativa: identificar o que sabem, o que não sabem, o que precisam aprender, e usar a IA como uma das ferramentas para construir esse percurso (não como atalho que pula a construção). E se o professor é presença humana, vocês precisam oferecer reciprocidade: presença, escuta, disposição para o desconforto produtivo de não entender de imediato, para o tédio criativo de uma pausa sem tela e para a coragem de discordar com argumento.

Estratégias práticas — endereçadas a vocês

Na palestra, fechei a parte propositiva com algumas estratégias práticas. Vou recordá-las aqui na chave do estudante. A primeira é integrar sem delegar. Use a IA, sim, mas use-a como você usaria uma calculadora num exame de matemática avançada: não para evitar pensar, e sim para liberar atenção para o pensamento que importa. Quando você manda a IA escrever sua resenha inteira, você delegou. Quando você escreve um rascunho, pede que ela aponte fragilidades argumentativas, e então reescreve, você integrou. A diferença é tudo.

A segunda é tratar a IA como interlocutora imperfeita. Ela não é oráculo. Pergunte, conteste, peça contrapontos, exija que ela apresente o argumento contrário ao que ela acabou de defender. Quando você usa a IA para gerar debate consigo mesmo, está exercitando o que há de mais valioso na formação universitária: pensar dialeticamente. A terceira é a caça às alucinações. A IA inventa coisas. Inventa autores que não existem, atribui frases erradas a pessoas reais, fabrica citações com aparência impecável. Acostume-se a desconfiar e a checar — esse hábito vai além da IA: serve para a vida pública inteira, dominada hoje por informações de procedência duvidosa.

A quarta estratégia, e talvez a mais difícil, é valorizar o processo e não apenas o produto final. Um trabalho excelente entregue sem que você tenha de fato passado pelo processo de aprendizagem é uma fraude contra você mesmo — não contra o professor, contra você. O diploma é um efeito colateral da formação; a formação é o que sobra quando o diploma é dispensado. Se você terceirizou a formação para um modelo de linguagem, sobra muito pouco.

A metáfora que proponho: a IA como espelho

Cheguei, então, à imagem que dá fechamento à palestra. A inteligência artificial não deve ser vista como adversária, e sim como reflexo das capacidades e das limitações humanas. Os modelos foram treinados em montanhas de texto produzido por nós — nossos livros, nossos artigos, nossos códigos, nossas conversas. Quando a IA acerta, é porque a humanidade já havia, em algum lugar, dito aquilo bem. Quando a IA erra, é porque ela herda nossos vieses, nossas lacunas, nossas confusões. Ao olhar para ela, olhamos para nós mesmos — versão estatística, comprimida, desidratada do que somos. Isso é uma oportunidade extraordinária.

Se a IA é um espelho, então ela revela aquilo em que somos rasos e aquilo em que somos profundos. Tudo o que um modelo de linguagem faz hoje com competência razoável, qualquer profissional precisará fazer com competência muito superior amanhã para se diferenciar. Resumir um texto, escrever um e-mail formal, gerar um esboço de plano de marketing — se isso é o que vocês aprenderam a fazer ao longo da graduação, vocês têm um problema. Não porque a IA necessariamente roubará seu trabalho, mas porque algumas tarefas profissionais, quando reduzidas à repetição mecânica, tornam-se facilmente automatizáveis. A pergunta certa não é “como impedir que a IA faça o que eu faço?”. É: “o que eu faço de tão profundamente humano que nenhuma IA conseguirá fazer melhor?”.

Uma provocação final

Encerrei a palestra com uma frase que repito aqui para vocês: *“O professor do futuro não é aquele que vence o algoritmo; é aquele que faz com excelência o que o algoritmo não pode fazer.”* A mesma lógica vale para o estudante. O aluno do futuro não é aquele que vence o algoritmo entregando o trabalho que a IA produziu mais rápido que os colegas. É aquele que faz com excelência o que o algoritmo não pode fazer: pensar com profundidade, conviver com a divergência, sustentar uma posição ética, criar diante do desconhecido, cuidar de outras pessoas, formular perguntas que ainda não foram formuladas.

A FAM, ao reunir seu corpo docente para discutir esses temas no IX Simpósio, deu um passo importante. Está reconhecendo que ensinar, hoje, exige repensar o que se ensina, como se ensina e para que se ensina. Mas nenhum simpósio docente terá efeito real se vocês, alunos, ficarem do lado de fora dessa conversa. A construção do conhecimento é, por definição, tarefa de quem aprende — o professor pode mediar, pode provocar, pode oferecer rotas, mas o trabalho propriamente cognitivo é intransferível. Esse trabalho não pode ser delegado a um modelo de linguagem, por mais sofisticado que seja. Pode ser apoiado, ampliado, acelerado em algumas dimensões. Substituído, jamais — porque o que está sendo construído não é o produto que aparece na tela; é a pessoa que vocês estão se tornando.

Termino, então, com o convite que verdadeiramente importa: sejam protagonistas. Não consumidores passivos de aulas, não usuários passivos de IA, não receptores passivos de diplomas. Protagonistas — no sentido grego original do termo: aqueles que ocupam o primeiro lugar na ação. A IA não é antagonista de vocês. O antagonista, se existir, é a tentação confortável de deixar de pensar por conta própria. E essa tentação é antiga, muito mais antiga do que o ChatGPT.

FREDERICO MOLINA COHRS

Doutor em Ciência pela Universidade Federal de São Paulo. Mestre em Ciência pela Universidade Federal de São Paulo, Docente titular em Gestão em Saúde e Membro do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Paulista de Ciências Médicas, Especialista em Pesquisa Clínica pela UNIFENAS (Universidade José do Rosário Vellano), Especialista em Marketing de Serviços (MBA Marketing de Serviços) pela FIA (Fundação Instituto de Administração - FEA/USP), e graduação em Administração com ênfase em Marketing. Experiência na área de Gestão, Gestão da Saúde, análise de dados qualitativos e quantitativos, e visualização de dados e informação.



UMA REFLEXÃO SOBRE O USO DA IA

| Grace Kelly Freitas Mendonça³

Participar do Tribunal de Negociação Pedagógica foi, para mim, uma experiência muito rica e, ao mesmo tempo, inquietante. Não apenas pela dinâmica em si, mas principalmente pelas reflexões que ela provocou. Ao longo da atividade, me dei conta de que não estávamos discutindo somente um caso pontual ou uma situação isolada de sala de aula. O que estava em debate era algo muito maior: a forma como a educação tem sido atravessada pelas novas tecnologias, especialmente pela inteligência artificial, e os desafios que isso impõe à docência, à avaliação e à própria ideia de autoria acadêmica.

A dinâmica me tirou de um lugar de respostas prontas e me colocou em um de escuta e ponderação. Isso foi muito importante para mim. Em temas como esse, é muito fácil que a discussão se polarize. De um lado, a condenação imediata, como se toda utilização de inteligência artificial significasse fraude ou desonestidade. De outro, uma certa banalização do problema, como se o uso dessas ferramentas fosse algo neutro, inevitável e, portanto, incapaz de comprometer o processo de aprendizagem. A atividade mostrou justamente que a questão não pode ser tratada de forma simplista. Ela exige sensibilidade, critério e, acima de tudo, responsabilidade pedagógica.

A questão da autoria foi uma das reflexões que mais me mobilizou. Antes mesmo da atividade, eu já entendia que autoria não se resume a assinar um texto ou a apresentar um trabalho formalmente bem escrito. Percebi com mais clareza que um texto pode até parecer original, estar bem estruturado e usar uma linguagem adequada, mas nem por isso representar, de fato, a elaboração intelectual de quem o entrega. E isso é profundamente problemático, porque esvazia a finalidade da atividade acadêmica. O ponto central deixa de ser apenas o produto final e passa a ser o processo de construção do conhecimento.

Nesse sentido, as reflexões de Paulo Freire dialogam muito com aquilo que vivi na atividade. Em *Pedagogia da autonomia* (1996), Freire lembra que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar condições para a sua produção. Essa ideia me pareceu especialmente importante ao pensar o uso da inteligência artificial (IA) no ambiente acadêmico. Se a aprendizagem exige elaboração, curiosidade, esforço intelectual e posicionamento próprio, então não basta entregar um texto aparentemente “bom”; é preciso que esse texto esteja vinculado, de fato, ao percurso de aprendizagem do estudante. Quando isso não acontece, há uma ruptura entre o que se apresenta e aquilo que realmente foi construído.

A percepção de que a ética não pode aparecer como um elemento secundário nesse debate também me marcou muito. Freire (1996) trabalha a educação como prática necessariamente comprometida com a responsabilidade, com a coerência e com a honestidade intelectual. Ao refletir sobre a atividade que nos foi dada, percebi que esse é um ponto

3. Especialista em Direito da Seguridade Social - Previdenciário e Prática Previdenciária (Faculdade Legale, 2023) e em Direito do Trabalho (USP, 2021). Graduada em Direito (FAM – Centro Universitário, 2021) e em Logística e Transportes (FATEC, 2011).

central quando falamos sobre inteligência artificial. O problema não está, pura e simplesmente, na ferramenta. A questão decisiva está no modo como ela é utilizada. Uma tecnologia pode servir como apoio, como instrumento auxiliar de organização, revisão ou ampliação de perspectivas. Mas, quando ela substitui a reflexão do estudante, encobre fragilidades de aprendizagem ou produz uma aparência de domínio que não corresponde à realidade, o que está em jogo não é apenas uma irregularidade formal, mas uma questão ética.

Outro aspecto que considerei muito importante foi a discussão sobre como lidar pedagogicamente com esse tipo de situação. O Tribunal me levou a pensar que nem sempre a resposta mais dura é, por si só, a mais educativa. Ao mesmo tempo, também ficou claro que não se pode relativizar condutas que comprometem a integridade acadêmica. Foi justamente nesse ponto que a atividade me pareceu mais rica: ela mostrou que o desafio não está em escolher entre punir ou acolher, mas em construir respostas que consigam responsabilizar sem abrir mão do sentido pedagógico. Essa reflexão foi muito significativa para mim, porque me fez perceber que a educação precisa, sim, estabelecer limites, mas sem perder de vista sua função formativa.

Saí da atividade com a sensação de que, em situações assim, a resposta mais coerente é aquela que articula consequência e oportunidade de reconstrução. Em vez de pensar apenas em punições automáticas, parece-me mais formativo buscar caminhos que permitam verificar a aprendizagem real e, ao mesmo tempo, reafirmar a seriedade do processo acadêmico. Avaliações orais, reescritas supervisionadas, novas formas de demonstração individual do conteúdo e outras estratégias semelhantes me parecem muito mais alinhadas com a finalidade da educação do que medidas que apenas encerram o problema formalmente, sem produzir reflexão ou aprendizagem.

Além disso, algo que me tocou bastante foi perceber a dimensão humana presente nessas situações. Muitas vezes, quando se discute uso indevido de ferramentas tecnológicas, o foco recai exclusivamente sobre a infração em si. Mas o estudo de caso deixou evidente que, por trás de determinadas escolhas, também podem existir insegurança, medo de errar, pressão do grupo, dificuldade de acompanhar o ritmo da turma e receio de exposição. Isso não elimina a responsabilidade de ninguém, mas ajuda a olhar para o problema com mais profundidade. Para mim, esse foi um aprendizado muito importante: responsabilizar não significa desumanizar. Pelo contrário, talvez a resposta pedagógica mais madura seja justamente aquela que consegue ser firme sem deixar de reconhecer a complexidade da experiência humana.

A atividade também reforçou em mim a compreensão de que o professor precisa ter respaldo institucional para enfrentar esse tipo de situação. O docente não pode ser deixado sozinho diante de dilemas que já fazem parte da realidade contemporânea do ensino superior. O material “*Guidelines para uso de IA no Ensino Superior*”, disponibilizado pelo projeto *Understanding Artificial Intelligence*, mostra que essa preocupação não é local nem episódica. Trata-se de uma discussão ampla, que já mobiliza instituições e pesquisadores justamente porque as transformações tecnológicas exigem novos parâmetros de orientação, transparência e responsabilidade. Isso me fez perceber que experiências como o Tribunal de Negociação Pedagógica são valiosas porque deslocam o debate do improvisado individual para um espaço coletivo de reflexão.

Esse aspecto colaborativo da atividade, inclusive, foi um dos que mais valorizei. Ouvir diferentes argumentos, acompanhar a construção de distintas perspectivas e perceber que um mesmo problema comporta várias camadas de análise ampliou muito a minha compreensão sobre o tema. Em vez de uma resposta fechada, a audiência nos ofereceu um espaço de amadurecimento. E isso, para mim, foi um dos maiores ganhos da experiência. Saí com mais perguntas do que respostas prontas, mas com perguntas muito mais qualificadas. E, no campo da educação, isso é extremamente valioso.

Como docente, levo dessa experiência uma convicção muito clara: a inteligência artificial precisa ser discutida com seriedade, sem alarmismo, mas também sem ingenuidade. Ela já faz parte da realidade acadêmica e, por isso, ignorá-la não é uma opção. Ao mesmo tempo, incorporá-la sem reflexão crítica seria igualmente problemático. O grande desafio está em ensinar os estudantes a usar essas ferramentas de forma ética, transparente e intelectualmente responsável. Isso significa mostrar que a IA pode auxiliar, mas não pode substituir a leitura, a dúvida, a interpretação, a construção argumentativa e o esforço de elaboração pessoal.

Se existe uma aprendizagem que sintetiza minha experiência no Tribunal de Negociação Pedagógica, talvez seja esta: em tempos de inteligência artificial, a defesa da autoria acadêmica se torna ainda mais importante. Não como um apego formal ao texto individual, mas como compromisso com aquilo que a educação tem de mais essencial, que é a formação de sujeitos capazes de pensar, compreender, argumentar e responder pelo que produzem. Foi isso que a atividade me fez sentir com mais força. E, por essa razão, considero essa participação profundamente significativa para minha trajetória e para a maneira como passo a olhar, daqui em diante, para os desafios da prática pedagógica.

GRACE KELLY FREITAS MENDONÇA

Advogada especialista em Direito do Trabalho - USP, Pesquisadora do Núcleo “Trabalho além do Direito do Trabalho” TADT - USP, Professora de Direito e Coordenadora de Curso do Centro Paula Souza e Professora de Direito do Centro Universitário FAM.



REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 144 p.

GUIDELINES PARA USO DE IA NO ENSINO SUPERIOR. São Paulo: **IEA – USP**. Disponível em: <https://understandingai.iea.usp.br/guidelines-para-o-uso-da-ia-no-ensino/> Acesso em: 20 mar. 2026.

Uso da inteligência artificial na escrita deste relato

A inteligência artificial foi utilizada como ferramenta auxiliar para organização das ideias e revisão da linguagem. As reflexões apresentadas neste texto decorrem da minha participação na atividade e da minha elaboração pessoal sobre a experiência vivida. A responsabilidade pelo conteúdo final é integralmente minha.

QUANDO O ALUNO “ESQUECE” DE APAGAR O PROMPT: UM RELATO SOBRE AUTORIA, ÉTICA E O VERDADEIRO PAPEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA APRENDIZAGEM

| Paulo Cesar Fernandes Rocha⁴

Introdução: o cenário da formação docente

Há cerca de dois meses, tive a oportunidade de participar de um Simpósio Docente voltado à formação e reciclagem de professores do ensino superior. Durante seis dias, mergulhamos em discussões essenciais sobre a utilização responsável da inteligência artificial (IA) na educação. As reflexões da abertura, os workshops práticos e a atividade interativa denominada “Tribunal Pedagógico de Negociação” nos convidaram a repensar não apenas nossas metodologias de ensino, mas também a forma como orientamos nossos alunos sobre o uso ético e crítico dessas novas tecnologias.

Como desdobramento natural desse evento, fui convidado a transformar aquelas reflexões neste relato de experiência. A proposta era clara: olhar para minha própria prática docente, encontrar um evento que materializasse os dilemas do uso da IA e, a partir dele, construir orientações práticas e claras para os estudantes sobre autoria, ética e os limites da tecnologia no processo de aprendizagem.

O caso que escolhi relatar, aconteceu no semestre anterior ao Simpósio, mas foi o evento que me deu as ferramentas teóricas e conceituais para compreendê-lo em toda a sua complexidade. Trata-se de uma situação peculiar, quase cômica, mas que revela uma realidade preocupante: a entrega acrítica de trabalhos gerados por IA como se fossem de autoria do estudante.

A escolha deste relato não é fortuita. Ele sintetiza um dos maiores desafios que se colocam para a educação contemporânea: Como formar profissionais críticos e autônomos em um contexto no qual as respostas prontas estão a um clique de distância? Como ensinar a perguntar quando a tecnologia parece ter todas as respostas?

4. Mestre em Administração (FMU, 2020). Especialista em Ensino e Aprendizagem na Educação Superior (FMU, 2010). Bacharel em Música (UNESP, 1994) e graduação em Direito (PUC/SP, 1990).

O relato: o caso do princípio inédito

No ano passado, ministrei a disciplina “Direito Tributário e Empresarial”. Na primeira atividade do semestre, propus uma atividade dissertativa com um desafio instigante: os alunos deveriam propor um princípio constitucional tributário inédito, algo que não estivesse previsto em nossa Constituição Federal, mas que, a partir da lógica do sistema, fosse coerente e trouxesse uma melhoria real para a vida do contribuinte.

A proposta visava estimular a criatividade, a capacidade de abstração e a aplicação dos conceitos fundamentais do Direito Tributário, como capacidade contributiva, legalidade e não-confisco. Era uma atividade que exigia não apenas conhecimento técnico, mas também imaginação jurídica e sensibilidade social.

Ao corrigir as atividades, deparei-me com a resposta de um aluno, chamado Daniel Carlos. Seu texto começava com a seguinte frase, *ipsis litteris*:

O ChatGPT disse: Claro, Carlão! Vou desenvolver um princípio inédito, coerente com a lógica constitucional tributária brasileira, com linguagem jurídica, fundamentação conceitual e foco na melhoria real da vida do contribuinte, exatamente como o enunciado pede [...].

Fiquei por alguns momentos em silêncio, analisando a resposta. A situação era, no mínimo, singular. O aluno, ao copiar o conteúdo gerado pela ferramenta, copiou também o prompt (comando) que ele mesmo havia utilizado, incluindo o tratamento informal “Carlão”. Ficou evidente que não houve qualquer revisão, edição ou sequer a leitura atenta do material que ele estava apresentando como seu. A entrega foi uma transferência bruta do que a IA gerou.

Minha resposta ao Daniel Carlos foi imediata e buscou ser educativa, não punitiva. Escrevi para ele:

Olá, Daniel Carlos. Ao analisar a resposta que você enviou, identifiquei que ela foi produzida integralmente por inteligência artificial, sem a intervenção ou o desenvolvimento intelectual esperado para esta atividade. A introdução do texto deixa isso explícito: “O ChatGPT disse: Claro, Carlão!...”. É importante esclarecer que a Instituição não permite a apresentação de textos gerados por IA como se fossem de autoria do estudante. As ideias apresentadas até podem ser válidas, mas é indispensável que você as desenvolva com suas próprias palavras, demonstrando sua reflexão pessoal e apropriação do conteúdo. Recomendo que: Assista a gravação da Aula ao Vivo-1, onde detalhei as expectativas em relação à originalidade das respostas; Consulte o Material Adicional | Tópico 1, que traz o padrão de resposta esperado.

O ocorrido me fez refletir profundamente sobre os limites entre o uso legítimo da tecnologia como ferramenta de apoio e sua apropriação indevida como substituta do esforço intelectual.

Análise e reflexão: por que isso acontece?

O episódio, que inicialmente me pareceu um caso isolado de descuido, é na verdade um sintoma de uma questão muito mais ampla. No contexto do Simpósio Docente, pude compreender melhor as camadas desse problema.

A ilusão da eficiência

Muitos alunos, como o Daniel Carlos, estão sob pressão para entregar atividades rapidamente. A IA se apresenta como uma solução mágica de produtividade, mas eles não percebem que a eficiência sem aprendizado é vazia. Como alerta o educador José Moran (2021), a tecnologia só potencializa a aprendizagem quando integrada a um processo pedagógico significativo. Do contrário, torna-se um atalho que desvia o estudante do verdadeiro objetivo: a construção do conhecimento.

Desconhecimento dos limites éticos

Uma parcela significativa dos estudantes ainda não compreende que usar a IA para gerar a resposta completa de uma atividade, sem nenhuma contribuição própria, configura um ato de desonestidade acadêmica, similar a plagiar um texto de outro autor. A novidade da ferramenta não a exime das normas fundamentais da ética acadêmica: a transparência, a autoria e a responsabilidade intelectual.

Falta de letramento em IA

O caso mostra uma falta de letramento digital crítico. O aluno sabia operar a ferramenta, mas não sabia como integrá-la ao seu processo de estudo. Provavelmente, ele não tinha a menor noção de que precisaria revisar, editar, validar as informações e, principalmente, usar o texto gerado como um ponto de partida para sua própria reflexão, não como o produto final.

Pierre Lévy (1999), ao discutir a inteligência coletiva, já apontava que o desafio não é ter acesso à informação, mas saber filtrá-la, contextualizá-la e transformá-la em conhecimento. Esse é o verdadeiro letramento digital que precisamos desenvolver em nossos estudantes.

A relação com a autoridade (Carlão)

O uso do termo “Carlão” no prompt revela uma tentativa de criar uma relação de informalidade com a IA tratando-a como um tutor ou um colega que faria o trabalho pesado. Isso demonstra uma terceirização da responsabilidade intelectual que é incompatível com a formação no ensino superior. O estudante, ao tratar a IA como um “faz-tudo”, abdica de seu papel de protagonista no processo de aprendizagem.

A cultura da resposta pronta

Para além do caso específico, há um fenômeno cultural mais amplo. Vivemos em uma sociedade que valoriza cada vez mais a velocidade e a produtividade em detrimento da reflexão e do aprofundamento. Nesse contexto, a IA se apresenta como a ferramenta

perfeita para uma cultura que prefere a resposta pronta à pergunta bem formulada. O papel do professor, então, se desloca: não somos mais apenas transmissores de conteúdo, mas mediadores de uma relação mais crítica e consciente com a tecnologia.

Orientações aos estudantes: o uso responsável da IA na prática acadêmica

A experiência com o Daniel Carlos e as discussões no simpósio me levaram a formular um conjunto de orientações objetivas que poderiam, ou deveriam, ser compartilhadas com todos os alunos no início de cada disciplina. Estas orientações visam estabelecer uma relação saudável, ética e produtiva com as ferramentas de IA.

Entenda: a IA é uma assistente, não a autora

Pense na IA como um estagiário muito rápido, mas que precisa ser supervisionado o tempo todo. Ela pode pesquisar, organizar ideias e sugerir caminhos, mas a responsabilidade final, a análise crítica e a defesa do que foi escrito são suas. A autoria do trabalho final deve ser, inegavelmente, sua.

Transparência é a melhor política

Se você utilizou uma ferramenta de IA para desenvolver uma atividade, seja transparente. Em seu trabalho, você pode incluir uma nota de rodapé ou um pequeno parágrafo explicando como a ferramenta foi usada. Por exemplo: “Utilizei o *ChatGPT* para estruturar um roteiro inicial de pesquisa e gerar sinônimos para diversificar meu vocabulário. Todas as informações foram verificadas, e a análise final é de minha autoria.” A honestidade intelectual é um diferencial.

Nunca copie e cole sem revisão

O erro mais grave, ilustrado pelo caso do “Carlão”, é a cópia direta e irrefletida. Jamais envie uma resposta gerada por IA sem antes:

- Ler atentamente tudo o que foi gerado.
- Reescrever com suas palavras os conceitos, demonstrando que você os compreendeu.
- Verificar as informações (a IA pode “alucinar” e inventar jurisprudências, artigos de lei ou dados).
- Adequar a linguagem ao contexto acadêmico e à disciplina.

Use a IA para aprofundar, não para pular etapas

O verdadeiro valor da IA está em potencializar o seu aprendizado, não em substituí-lo. Utilize as ferramentas para:

- Esclarecer dúvidas: “Explique o princípio da capacidade contributiva como se eu tivesse 15 anos.”
- Gerar ideias para *brainstorming*: Crie uma “chuva de ideias” para este tema; “Sugira três possíveis princípios tributários inéditos focados em sustentabilidade.”

- Criar resumos e mapas mentais a partir de textos longos para facilitar a revisão.
- Solicitar feedback: “Aponte falhas na estrutura de argumentação deste parágrafo.”

Questione e critique o resultado

A IA não é neutra, ela reflete os vieses dos dados com os quais foi treinada, portanto, desenvolva um olhar crítico. Pergunte-se: essa resposta está completa? Ela reflete a complexidade do tema? Existe alguma interpretação jurídica alternativa? A IA oferece uma resposta comum; a excelência acadêmica está em ir além dela.

Desenvolva o pensamento crítico

A verdadeira competência na era da IA não é saber usar a ferramenta, mas saber questioná-la. Antes de aceitar uma resposta gerada por IA, pergunte-se:

- Quais são os pressupostos implícitos nessa resposta?
- Que vozes ou perspectivas estão ausentes?
- Como eu chegaria a essa conclusão sem a IA?

Tabela 1: Uso inadequado versus uso responsável de IA

Uso inadequado	Uso responsável
Copiar e colar a resposta gerada	Usar a IA para gerar ideias iniciais e depois desenvolver com reflexão própria
Entregar sem revisão	Revisar, validar informações e reescrever com suas palavras
Ocultar o uso da IA	Declarar como a ferramenta foi utilizada
Aceitar passivamente o resultado	Questionar, criticar e complementar a resposta

Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerações finais: o papel da docência e da autoria na era da IA

O caso do Daniel Carlos, embora tenha sido um momento de correção individual, tornou-se para mim um poderoso recurso pedagógico. A partir dele, pude transformar um possível constrangimento em uma oportunidade de aprendizado sobre ética, responsabilidade e autoria.

Assim como aprendi no Simpósio, não se trata de demonizar o uso da IA, mas de educar para o uso responsável. Ao adotarmos uma postura clara, oferecermos orientações práticas e, principalmente, ao usarmos nós mesmos a IA de forma transparente (como fiz

para estruturar e revisar partes deste relato), demonstramos na prática que a tecnologia é uma aliada, não uma substituta da inteligência humana.

O novo papel do professor

O professor do século XXI não é o guardião exclusivo do conhecimento, mas um curador, um orientador e um provocador. Nosso papel é ensinar os alunos a navegar em um mar de informações, distinguindo o relevante do superficial, o verdadeiro do enviesado. A IA nos desafia a sermos mais criativos em nossas propostas pedagógicas, criando atividades que exijam exatamente aquilo que a máquina não pode fazer: a experiência subjetiva, a sensibilidade ética, a capacidade de se indignar e de propor soluções originais.

Para refletir com os alunos

Sugiro aos colegas professores que compartilhem com seus alunos algumas perguntas fundamentais:

- O que você aprendeu ao fazer esta atividade?
- Como você usou a IA? Se não usou, por quê?
- O que a IA fez bem? O que ela não conseguiu fazer?
- Qual foi a sua contribuição original para o trabalho?

O objetivo final da educação superior não é produzir respostas corretas, mas formar profissionais capazes de fazer as perguntas certas, de analisar criticamente e de criar soluções originais. A IA pode nos ajudar a chegar lá mais rápido, mas o percurso — o esforço do estudo, a reflexão pessoal e o desenvolvimento intelectual — continua sendo um caminho que só o ser humano pode trilhar.

PAULO CESAR FERNANDES ROCHA

Professor Universitário e Gestor Acadêmico com experiência como Coordenador de Cursos na área de Humanidades e Artes. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990). Cursou o Bacharelado em Música na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Trabalhou na Fundunesp - Fundação para o Desenvolvimento da Unesp de 1991 até 2006, atuando e coordenando o Programa Orquestra de Câmara da Unesp. Foi Coordenador de Curso do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, realizando a gestão acadêmica do Bacharelado e da Licenciatura em Música da FMU | FIAM-FAAM Centro Universitário de 2009 até 2019. A partir de 2021 passou a atuar como Docente EAD no Curso de Direito e nos Cursos



da Área de Negócios da FAM Centro Universitário. Possui Pós-Graduação Lato Sensu em Técnicas de Ensino e Aprendizagem na Educação Superior pela FMU e Mestrado em Administração com Ênfase em Governança Corporativa, também pelas Faculdades Metropolitanas Unidas.

REFERÊNCIAS

- KENSKI, Vani M. Educação e tecnologia: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007. 144 p.
- LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999. 272 p.
- MORAN, José M. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2007. 176 p.
- SIMPÓSIO DOCENTE, IX, 2026. São Paulo: FAM Centro Universitário. Tema: Tribunal Pedagógico de Negociação.
- SIMPÓSIO DOCENTE, IX, 2026. SÃO Paulo: FAM Centro Universitário. Tema: Inteligência Artificial, Questões Avaliativas, Narrativas Digitais, Práticas Inovadoras e o Futuro da Educação – Encontros e Palestras.
- SELWYN, Neil. Educação e Tecnologia: questões críticas. In: FERREIRA, Giselle M. S.; ROSADO, Luiz A. S.; CARVALHO, Jaciara S. (orgs.). Educação e tecnologia: abordagens críticas. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2017. p. 85-103.
- UNESCO. Guia para a IA generativa na educação e na pesquisa. Brasília: UNESCO, 2024.

Declaração de uso de IA

Este relato foi desenvolvido com o auxílio de ferramentas de inteligência artificial (IA) como recurso de apoio à escrita. Utilizei a IA para estruturar as ideias iniciais, revisar a coesão textual, sugerir aprimoramentos na clareza da linguagem e expandir o referencial teórico com base em autores relevantes para o tema. Todas as informações relatadas são verídicas e fruto de minha experiência docente. As reflexões, orientações e análises críticas são de minha inteira autoria, tendo revisado, validado e ajustado cada parte do texto para assegurar a consistência conceitual e pedagógica com os objetivos propostos pelo Simpósio Docente. Importante destacar que o nome do aluno mencionado neste relato — “Daniel Carlos” — é fictício, adotado com o propósito de preservar sua identidade e garantir o respeito devido ao discente, em consonância com os princípios éticos que orientam a prática docente e a produção acadêmica.

ÉTICA NA SAÚDE: LIMITES E POTENCIALIDADES DA UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PSICOLOGIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DA PSICANÁLISE

| Ricardo Marinho da Silva⁵

Introdução

O avanço acelerado das tecnologias digitais, em especial da inteligência artificial (IA), tem provocado transformações significativas nos campos da saúde e da educação, impactando diretamente a prática profissional, a formação acadêmica e os fundamentos éticos que orientam o exercício da Psicologia. No contexto contemporâneo, ferramentas baseadas em IA vêm sendo progressivamente incorporadas a processos de avaliação, orientação, triagem, produção textual e até simulações de escuta clínica, o que suscita questionamentos relevantes acerca de seus limites e potencialidades, sobretudo quando consideradas à luz da ética profissional.

O Conselho Federal de Psicologia, no Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, Resolução nº 010/2005) orienta que o(a) psicólogo(a) é integralmente responsável por suas práticas, devendo zelar pelo sigilo, pela proteção de dados e pela não produção de danos. A partir da Resolução CFP nº 11/2018, que regula os serviços psicológicos mediados por Tecnologias da Informação e da Comunicação, reforça que nenhuma tecnologia pode substituir a avaliação, o julgamento e a responsabilidade técnica do(a) profissional. Assim, a IA deve ser utilizada apenas como ferramenta auxiliar, desde que respeite os princípios éticos de sigilo profissional, proteção de dados sensíveis, autonomia da pessoa atendida, não causar danos, responsabilidade técnica sobre tudo que é produzido e a autonomia do sujeito atendido (CFP, 2005; CFP, 2018).

Na Psicologia, tais questionamentos tornam-se ainda mais complexos quando analisados a partir da Psicanálise, uma vez que esta sustenta uma ética centrada no sujeito, na singularidade da experiência e na escuta do sofrimento humano como algo que não pode ser reduzido a padrões replicáveis. A ética na psicanálise não se organiza a partir de

5. Doutorando em Psicologia Social (USP). Mestre em Psicologia Clínica (USP, 2024) e graduado em Psicologia (UFBA, 2021). Técnico em Formação de Professores (ICEIA, 2014).

normas morais universais ou de ideais de adaptação, mas da ética do sujeito, entendida como compromisso com o desejo e com a singularidade de cada sujeito em sua relação com o inconsciente (Freud, 1912). Assim, a prática psicanalítica orienta-se pelo respeito à singularidade da experiência subjetiva, recusando soluções padronizadas e intervenções normativas, e assumindo uma posição ética que responsabiliza o sujeito por sua palavra e por seus modos próprios de elaboração do sofrimento (Freud, 1912).

A partir disso, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre os limites e potencialidades da utilização da inteligência artificial na Psicologia, a partir de um relato de experiência vivenciado no Simpósio Docente, no qual ocorreu um tribunal de negociação ética envolvendo diferentes temáticas contemporâneas. A participação nesse espaço formativo suscitou a seguinte questão central: como se configura a ética na Psicologia quando a prática profissional é atravessada pelo uso da inteligência artificial? E, mais especificamente, a IA poderia substituir o trabalho do psicólogo na escuta do sofrimento humano? Sustenta-se a hipótese de que, embora a IA possa apresentar potencialidades no campo educacional e organizacional, ela não é capaz de substituir a escuta clínica, o acolhimento e a sensibilidade implicados na prática psicológica, elementos intrínsecos à condição humana e à ética do sujeito.

A relevância científica deste estudo consiste na contribuição para o debate contemporâneo sobre a incorporação da inteligência artificial na prática psicológica, a partir de uma análise crítica ancorada na ética profissional. Ao articular um relato de experiência com a problematização dos limites e potencialidades da utilização da IA no contexto psicológico, o artigo amplia a produção teórica sobre o tema, ainda incipiente no campo da saúde, especialmente no contexto brasileiro. Além disso, o estudo favorece reflexões sobre a formação, a prática profissional e a responsabilização ética do(a) psicólogo(a) diante do uso de tecnologias emergentes, contribuindo para o avanço das discussões científicas sobre ética, subjetividade e cuidado.

Aspectos metodológicos

O presente texto foi construído no formato de um relato de experiência, de natureza qualitativa e reflexiva, fundamentado na perspectiva da Psicanálise. O relato parte da vivência do autor durante a participação no Simpósio Docente, espaço acadêmico de discussão e formação ética, no qual foi realizado um tribunal de negociação envolvendo dilemas contemporâneos relacionados à prática profissional na Psicologia e na saúde.

O tribunal de negociação constituiu-se como um dispositivo pedagógico que possibilitou a problematização coletiva de questões éticas, promovendo o debate entre diferentes posições teóricas e práticas. A experiência foi posteriormente analisada à luz de referenciais psicanalíticos que discutem a ética do sujeito, a escuta clínica e os limites da técnica frente ao sofrimento humano.

A análise do material experiencial foi realizada de forma interpretativa, buscando articular a vivência concreta do evento com reflexões teóricas sobre ética, tecnologia e formação em Psicologia. Não houve coleta de dados com participantes externos, tratando-se, portanto, de uma análise reflexiva da experiência formativa, respeitando os princípios éticos da pesquisa em Ciências Humanas. Assim, a pesquisa está em conformidade com a

Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, as quais não envolvem intervenção direta, coleta de dados com participantes externos ou identificação de sujeitos, tratando-se de uma análise reflexiva de experiência formativa.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a inteligência artificial foi utilizada exclusivamente como ferramenta de apoio à revisão e formatação textual, com o objetivo de aprimorar a clareza, a coesão e a correção gramatical do manuscrito. Ressalta-se que a elaboração conceitual, a análise teórica e a responsabilidade autoral pelo conteúdo permaneceram integralmente sob responsabilidade dos autores.

Relato de experiência

Durante o Simpósio Docente, o tribunal de negociação configurou-se como um espaço privilegiado de debate ético, no qual diferentes temas foram colocados em julgamento simbólico, exigindo dos participantes posicionamentos críticos e fundamentados. Entre as questões debatidas, destacou-se o uso crescente da inteligência artificial na educação superior e suas possíveis implicações para a sociedade contemporânea. A discussão enfatizou a importância da tecnologia como ferramenta aliada aos processos de ensino e aprendizagem, problematizando o papel do docente na incorporação crítica desses recursos à prática profissional. Nesse sentido, ressaltou-se a necessidade de utilizar a inteligência artificial de forma ética e responsável na formação dos estudantes, de modo a promover o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e do compromisso ético no exercício futuro da profissão.

No decorrer das discussões, emergiu a indagação acerca da possibilidade de a inteligência artificial (IA) substituir o profissional, sobretudo diante da crescente exigência por tarefas rápidas, padronizadas e orientadas pela eficiência. Essa questão mostrou-se particularmente sensível quando articulada à escuta do sofrimento humano, evidenciando tensões fundamentais entre a lógica tecnológica — baseada em algoritmos, reconhecimento de padrões e produção de respostas probabilísticas — e a lógica clínica da Psicanálise, que se orienta pela singularidade do sujeito e pela ética do desejo.

Do ponto de vista psicanalítico, a ética não se confunde com um conjunto de normas ou regras técnicas, mas refere-se à posição do analista frente ao sujeito do inconsciente (Freud, 1912). A escuta clínica implica a consideração da fala como expressão singular, atravessada por contradições, lapsos, silêncios e afetos que não podem ser plenamente capturados por sistemas automatizados. A IA, ainda que sofisticada, opera a partir da leitura de padrões previamente existentes e da produção de novos arranjos linguísticos baseados em dados, não possuindo sensibilidade, implicação subjetiva ou responsabilidade ética.

Ainda que alguns sistemas de IA sejam programados para simular empatia e acolhimento, é fundamental reconhecer que tal empatia é artificialmente construída por humanos, não emergindo de uma experiência subjetiva própria. A empatia, na clínica psicológica, não se reduz a respostas adequadas ou frases de acolhimento motivacionais, mas envolve a presença, a escuta ética e a capacidade de sustentar a angústia do outro sem reduzi-la a soluções rápidas ou generalizantes.

Na psicanálise, a escuta ética implica a sustentação da angústia do sujeito sem a tentativa de eliminá-la por meio de soluções imediatas ou generalizantes. Conforme Freud elabora em *Inibições, sintomas e angústia* (1926), a angústia se constitui como um sinal psíquico fundamental, que emerge diante do inominável e convoca o trabalho de elaboração, não devendo ser suprimida, mas simbolizada no processo analítico. Para que essa elaboração seja possível, a posição do analista torna-se central, uma vez que, ao abdicar do lugar de saber e sustentar a atenção flutuante, conforme indicado no texto *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise* (1912), cria-se um espaço ético de escuta no qual o sujeito pode responsabilizar-se por sua palavra e por seus impasses singulares (Freud, 1912; idem, 1926).

Nesse sentido, a utilização da inteligência artificial pode contribuir significativamente para tarefas administrativas, organizacionais e educativas, desde que seu uso seja orientado por critérios éticos claros. Contudo, quando se trata da clínica e da formação do psicólogo, emergem limites importantes. O risco reside na substituição progressiva do exercício do pensamento clínico por um uso acrítico de ferramentas automatizadas, o que pode empobrecer os processos formativos e fragilizar a prática profissional. Embora o estudante de Psicologia possa recorrer a esses recursos ao longo de sua trajetória acadêmica, é fundamental considerar que, no exercício profissional — especialmente na clínica — tal apoio não estará disponível na condução dos atendimentos. Assim, a inteligência artificial deve ser compreendida como um instrumento auxiliar, e não substitutivo, de modo a não comprometer o desenvolvimento da escuta, do raciocínio clínico e da responsabilidade ética, dimensões que não podem ser delegadas a sistemas automatizados.

Assim, a reflexão que se impõe diz respeito à forma como a inteligência artificial vem sendo incorporada à Psicologia e, especialmente, à formação dos futuros profissionais. Se, por um lado, a IA oferece recursos potentes de apoio, por outro, seu uso acrítico pode deslocar o estudante do exercício fundamental do profissional da psicologia. A clínica psicológica — e, em particular, a clínica psicanalítica — sustenta-se em um tripé que não se reduz à eficiência ou a respostas prontas, mas à responsabilidade diante do sujeito e de sua singularidade. Nesse sentido, o desafio não está em recusar a tecnologia, mas em delimitar seus usos e limites, de modo que ela permaneça como ferramenta auxiliar e não como substituto da formação ética, do raciocínio clínico e da presença do profissional. Pensar a IA na Psicologia exige, portanto, uma posição crítica que articule inovação tecnológica, responsabilidade ética e compromisso com o cuidado do sofrimento humano.

Discussão

Observa-se, no contexto contemporâneo, uma mudança significativa na perspectiva do estudante universitário, especialmente no campo da Psicologia. Historicamente, a formação em Psicologia estruturou-se a partir da leitura sistemática, do estudo aprofundado de referenciais teóricos e da construção gradual do raciocínio clínico, no qual o aluno era convocado a sustentar hipóteses, elaborar escutas e manejar o sofrimento a partir de fundamentos teórico-metodológicos consistentes. No entanto, no cenário pós-moderno, atravessado por uma lógica neoliberal de produtividade, desempenho e rapidez na circulação da informação, o lugar da leitura e da elaboração reflexiva vem

sendo progressivamente substituído pela busca de respostas prontas, frequentemente mediadas por ferramentas de inteligência artificial.

Esse deslocamento impacta diretamente a formação clínica, na medida em que o exercício da escuta, do manejo e da construção de intervenções psicológicas não se sustenta em soluções imediatas ou padronizadas, mas em um repertório teórico-clínico construído ao longo do tempo. A redução do processo formativo a respostas rápidas fragiliza a capacidade do futuro psicólogo de compreender a complexidade dos fenômenos psíquicos, favorecendo leituras simplificadas, baseadas em achismos, senso comum ou interpretações descontextualizadas do sofrimento humano. Tal empobrecimento da formação compromete não apenas a qualidade do atendimento clínico, mas também a sustentação ética da prática profissional e das redes de cuidado.

A formação em Psicologia tem como objetivo central o desenvolvimento do raciocínio teórico-clínico, uma vez que o bacharel é habilitado para o exercício profissional e para a condução de atendimentos psicológicos. Isso exige a construção de uma capacidade clínica que articule teoria, técnica, ética e escuta. Quando a tecnologia passa a ocupar um lugar substitutivo nesse processo, observa-se uma perda significativa desse aspecto formativo, produzindo estudantes que chegam aos estágios clínicos sem repertório teórico, sem domínio de técnicas e sem condições de sustentar o encontro clínico.

Nesse contexto, muitos estudantes se veem diante dos atendimentos desprovidos dos recursos tecnológicos aos quais recorreram durante a formação, vivenciando intensas experiências de angústia, insegurança e sensação de inadequação (Silva, 2025). A impossibilidade de apoiar-se em respostas automatizadas evidencia a fragilidade da formação construída sem o exercício do pensamento clínico, o que pode dificultar a conclusão do curso e comprometer a inserção futura no mercado de trabalho. Assim, a incorporação acrítica da inteligência artificial na formação em Psicologia não apenas precariza o atendimento psicológico, mas também ameaça os fundamentos éticos, clínicos e teóricos que sustentam a prática profissional e as redes de cuidado em saúde mental.

No entanto, apesar dos riscos associados ao uso indiscriminado da inteligência artificial, é fundamental reconhecer sua importância na formação e no futuro exercício profissional do psicólogo, desde que situada como ferramenta auxiliar e não substitutiva do processo formativo. Daltro *et al.* (2024) destacam que a escrita científica constitui uma experiência de autoria, marcada por tempo, elaboração e implicação subjetiva, sendo um elemento central na formação universitária. Quando a IA passa a ocupar o lugar da produção de respostas prontas, esse processo de autoria tende a ser esvaziado, impactando diretamente a capacidade de leitura, escrita e elaboração teórica do estudante. Na Psicologia, tal esvaziamento compromete a construção do raciocínio teórico-clínico, uma vez que a escuta e o manejo não se sustentam sem um repertório conceitual elaborado. Assim, a inteligência artificial pode ser uma aliada ao apoiar a organização do estudo e o acesso à produção científica, mas seu uso precisa preservar a experiência de autoria e elaboração, sob pena de fragilizar a formação clínica e, consequentemente, a prática profissional.

Considerações finais

A experiência vivenciada no Simpósio Docente, especialmente por meio do tribunal de negociação, possibilitou uma reflexão aprofundada sobre os limites e as potencialidades da utilização da inteligência artificial na Psicologia, à luz da ética psicanalítica. Conclui-se que, embora a IA possa desempenhar funções auxiliares e oferecer recursos importantes no campo educacional, ela não é capaz de substituir o trabalho do psicólogo, sobretudo no que se refere à escuta do sofrimento humano.

Na Psicanálise, a ética é atrelada ao sujeito, sustentada na singularidade da fala e na responsabilização frente ao desejo. A inteligência artificial, por operar a partir de padrões e probabilidades, não possui sensibilidade, implicação subjetiva ou capacidade de acolhimento genuíno, elementos fundamentais da prática clínica. A empatia apresentada por sistemas de IA é programada por humanos e não resulta de uma experiência ética própria.

Por fim, destaca-se uma preocupação central no âmbito da formação em Psicologia: o uso indiscriminado da inteligência artificial tem contribuído para que estudantes não desenvolvam o principal elemento da prática psicológica, que é o raciocínio clínico. A substituição do pensamento crítico e da elaboração teórica por respostas prontas compromete a capacidade dos futuros profissionais de sustentar as exigências do campo profissional, especialmente diante da complexidade do sofrimento psíquico.

Assim, torna-se fundamental que o uso da inteligência artificial na Psicologia seja continuamente problematizado, regulado e atravessado por uma reflexão ética. As tecnologias e a inteligência artificial são importantes na medida em que acompanham as transformações sociais, culturais e institucionais contemporâneas, podendo ampliar possibilidades de organização, acesso à informação e qualificação do trabalho. No entanto, tais recursos não substituem o trabalho humano que sustenta a prática psicológica, fundada na escuta, no cuidado e na responsabilidade ética frente ao sujeito. Cabe, portanto, à Psicologia delimitar os usos da tecnologia de modo que ela permaneça como aliada, e não como substituta, da dimensão ética e relacional que constitui o cuidado em saúde mental.

Diante do exposto, este estudo evidencia a relevância científica e formativa de refletir sobre a ética na saúde diante dos limites e das potencialidades da utilização da inteligência artificial na Psicologia, a partir de um relato de experiência ancorado na Psicanálise. A vivência do tribunal de negociação ética, realizada no contexto do congresso docente, constituiu-se como um dispositivo potente de problematização, ao favorecer o confronto crítico entre tecnologia, formação, prática profissional e responsabilidade ética. Ao promover um espaço coletivo de debate e elaboração, a experiência possibilitou refletir sobre os impactos da IA na escuta, no cuidado e no exercício clínico, contribuindo para o avanço das discussões científicas no campo da Psicologia e da saúde. Assim, o estudo reafirma a importância de pesquisas que articulem ética, subjetividade e tecnologias contemporâneas, fortalecendo práticas profissionais comprometidas com o cuidado do sofrimento humano e com a singularidade do sujeito.

RICARDO MARINHO DA SILVA

Psicólogo e Psicanalista. Graduado em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo e Doutorando em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. Vencedor da III Edição do Prêmio Virginia Bicudo pelo Conselho Federal de Psicologia que reconhece iniciativas e práticas antirracistas.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: **Conselho Nacional de Saúde**, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>. Acesso em: 5 fev. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 10, de 27 de agosto de 2005**. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/legislacao/codigo-de-etica/>. Acesso em: 5 fev. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 11, de 21 de junho de 2018**. Regulamenta a prestação de serviços psicológicos por meios de tecnologias da informação e da comunicação. Brasília, DF: CFP, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/cfp-publica-nova-resolucao-sobre-atendimento-psicologico-online/>. Acesso em: 5 fev. 2026.

DALTRO, MÔNICA R. *et al.* Trilhas e desafios da experiência de autoria na escrita científica. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 125, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/wJcVp69kgzspX8kyqwSb43S/?lang=pt>. Acesso em: 02 fev. 2026.

FREUD, Sigmund. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise (1912). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 12, p. 109–120.

FREUD, Sigmund. Inibições, sintomas e angústia (1926). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 20.

SILVA, Ricardo M. Quando o saber falha: a clínica do mal-estar na universidade neoliberal. **Revista UNISAN**, São Paulo, ano 20, n. 55, p. 61–66, dez. 2025. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/005384636002e286ffa9e>. Acesso em: 18 jan. 2026.

IA NO APRENDER: ENFRENTAR? DESCONFIAR? ACEITAR? SE ENTREGAR?

| Ricardo Quirino Theodoro⁶

O espanto de um professor: as heresias da inteligência artificial

Eu acredito que todo ser humano tem algum ponto de referência, um pilar central. Uma pessoa querida, um parente amado, um autor que toca a sua alma, um valor ou até mesmo uma ideia. O meu sempre foi o bom e velho Rene Descartes. O tão famoso e batido “Penso logo existo” (Descartes, 2009) é um ponto fundamental para explicar como eu enxergo diversos aspectos da vida e a nossa ponte de conexão com o universo. O pensar é chave para tudo. Quando comecei a ver os impactos na IA, do ponto de vista como professor, imediatamente passei a ver esse pilar central da minha vida como algo ameaçado. Muita coisa automática, tudo pronto na mão. Cadê o pensar? Onde se insere a construção? Vem tudo pronto? Comecei a nutrir uma antipatia por IA, não somente pela perspectiva de como a IA poderia ser uma ameaça para o cargo de um professor, mas como ela poderia se tornar uma ameaça ao processo de construção do conhecimento. Eu estava olhando somente pelo prisma do professor. O prisma do professor que vem de uma época de estudo diretamente por livros, faltava olhar a IA da forma mais importante, como estudante.

A primeira vez que tive uma ideia da dimensão que a inteligência artificial atingiu nos tempos atuais foi no *Space Job* da FAM, no segundo semestre de 2024, com a palestra de uma professora do campo da tecnologia. “IA que faz resumo de artigo, IA que elabora citação, IA que vem sendo testada para escrever artigo...IA que faz apresentação de slide”, tudo isso me fez pensar que as coisas estavam evoluindo rápido demais. E confesso, que fiquei com um misto de espanto, medo e até revolta. No começo de 2025 li um artigo publicado na Câmara dos Deputados que levanta os perfis de profissões que estariam mais expostas aos avanços de IA. O artigo, usando dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Nazareno.et.al (2025), expõe que profissões com perfil administrativo estariam mais expostas aos avanços da IA nos próximos anos. No mundo 24% dos cargos administrativos tem alta exposição aos avanços da IA e 58% contam com média exposição, ou seja, 82% dos cargos administrativos contam com significativa exposição aos avanços de IA. Esse resultado só ampliou a minha revolta, de que um ramo de profissão estaria altamente ameaçado.

Com esses dados, as percepções negativas com relação a outras profissões acabaram se ampliando. As duas profissões que estou falando são de economista e professor.

6. Doutorando em Economia Aplicada (USP). Mestre em Economia Aplicada (UFSCar, 2015). Graduado em Ciências Econômicas (Mackenzie, 2010).

Na ciência econômica o que separa um economista de livro texto e um economista que realmente atue na área é a aplicação de ferramentas estatísticas. Aliás, provavelmente boa parte das ciências sociais aplicadas. A ciência de dados, com uso de IA, ganhou bastante espaço na ciência econômica, tornando conhecer a mesma quase que obrigatório para atuar em alta performance. Na economia o principal método de IA utilizado é o chamado aprendizagem de máquina, onde o modelo aprende ao longo do tempo e realiza correções nos seus parâmetros (Wołoszyn e Bukowski, 2025). Quais são os problemas do uso da IA em economia como ciência? A redução no número de economistas para elaboração e manutenção destes modelos, já que eles aprendem “sozinhos”. Wołoszyn e Bukowski (2025), apontam as questões éticas com relação a coleta de dados para alimentar os modelos de aprendizagem de máquina e outros tipos, com dados sendo coletados de diversas fontes, inclusive de jornais e dados pessoais, em quantidade massiva. Ou seja, a IA tem, dentro da sua ação, o perigo de trazer desemprego e também possíveis invasões de privacidade.

Como professor, a IA trazer o risco de simplesmente o professor ser substituído. Ou pelo menos, sentia desta forma o avanço da IA impactando o futuro da profissão. O raciocinar para encontrar uma resposta ou resolver um exercício está bastante comprometido pelas ferramentas de IA, era como eu via.

Ou seja, a minha visão de IA era absolutamente catastrófica. Como boa parte dos queridos docentes que já trabalhei na vida, inclusive alguns de tecnologia. Costa *et al* (2024), analisando a implementação das ferramentas de inteligência artificial no instituto federal do Rio de Janeiro, encontrou uma resistência considerável nos docentes da instituição. 60% dos integrantes do corpo docente não tiveram contato com IA e temem os impactos do uso das ferramentas na atividade docente. O mais interessante é que a amostra do instituto é composta em 77% de professores com idade abaixo dos 44 anos. Sendo assim, a aversão a ferramenta de IA não vem somente de professores com idade avançada, mas também dos mais jovens (Costa *et al*, 2024). Isso indica que o medo com relação aos impactos da IA é mais complexo. Porém, como dito no início, a minha visão era somente do professor, faltava a experiência do outro lado, do aluno.

A visão como estudante: um admirável mundo novo se revela

Na vida é muito importante que nos permitamos mudar de trajetórias ou adicionar caminhos paralelos ao nosso, assim podemos ter a experiência como um juiz da balança do nosso pensamento. Decidi voltar a estudar, seria a hora de ampliar conhecimentos, principalmente na área de tecnologia. Não me arrependi, pois, além do conhecimento ampliado na área, vi uma nova perspectiva sobre IA.

Como estudante, de início, imaginava que seria somente um exercício de ter perguntas respondidas e não haveria muito mais que isso. Porém, testar como professor é uma coisa, usar as ferramentas como estudante, é outra.

Percebi que existe espaço para interpretação e questionamento. Mesmo em uma questão sobre programação, o caminho dado pode ser adaptado, a construção questionada e um caminho novo construído.

E se a questão é com relação as ciências humanas, a ferramenta ajuda ainda mais, pois a questão pode ter mais de um caminho para resposta. Buscando uma explicação com teor filosófico, a IA traz uma perspectiva, permitindo pedidos de complemento. Lembrando, ela não inventa conceitos, mas sim busca nas fontes que ela tem disponível.

Aprendi a sempre escrever nas ferramentas pedindo pontos de vista e até mesmo adicionando questionamento para ver como a resposta se desenvolve. Porém, o que realmente conquistou meu respeito e se tornou altamente valioso no uso de IA's é relacionado a resolução de problemas matemáticos.

Um dos maiores desafios da matemática, especialmente quando aplicada para ciências humanas, é a busca de caminhos alternativos para a resolução do problema. As ferramentas permitem acessar a resolução por mais de um caminho. Teoremas ou até mesmo manipulação algébrica são bem desenvolvidas por diversas ferramentas de IA enriquecendo a nossa análise, permitindo pensar em formas alternativas para resolução de problemas. Com isso, a IA consegue ajudar e muito no desenvolvimento do raciocínio lógico, mostrando, detalhadamente, o desenvolvimento de uma expressão matemática.

Em alguns exercícios gosto de testar fórmulas e expressões matemáticas alternativas para a resolução de problemas. Na estatística isso é possível, especialmente com fórmulas da estatística descritiva e inferencial.

Na estatística descritiva temos a fórmula da correlação, com a mesma permitindo que consigamos testar o nível de associação entre duas variáveis (Bussab e Morettin, 2010). Porém, a depender do que estabelecemos no cálculo da correlação é possível o uso de fórmulas alternativas.

Eu havia encontrado uma fórmula alternativa para o cálculo de correlação e fiquei intrigado de qual delas poderiam ser utilizadas. Um colega meu havia manifestado a possibilidade de as fórmulas resultarem em números diferentes em um exercício. Está é a fórmula mais utilizada:

$$1) \quad r = \frac{\sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X}) (Y_i - \bar{Y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X})^2 \sum_{i=1}^n (Y_i - \bar{Y})^2}}$$

Normalmente a fórmula anterior é a mais utilizada nos livros, mas acabei encontrando esta fórmula para o cálculo:

$$2) \quad r = \frac{n \sum XY - \sum X \cdot \sum Y}{\sqrt{(n \sum X^2 - (\sum X)^2) (\sum Y^2 - (\sum Y)^2)}}$$

Existem diferenças entre ambas, especialmente com relação a parâmetros que envolvem o tamanho da amostra, expresso pela letra “n”. Seria necessário recalcular todo o processo para chegar ao mesmo resultado de cada fórmula, inclusive com a manipulação algébrica. O processo é longo, levaria um bom tempo para chegar em ambos os resultados. Uma alternativa mais rápida seria resolver um exercício com as duas fórmulas,

separadamente. Novamente, levaria um tempo para resolver na “mão” esse tipo de expressão.

A alternativa, para conseguirmos validar as fórmulas, foi pedir para a ferramenta resolver o mesmo exercício, mas usando as duas fórmulas. Utilizei o comando, após inserir a figura da formula no *ChatGpt*, “Resolver o exercício com a fórmula da foto”.

O exercício era esse:

“Imaginemos que um gestor de loja de eletrodomésticos quer determinar a relação entre o número de comerciais de TV divulgados no final de semana e as vendas da loja durante as semanas seguintes. Ele faz esse levantamento em formato de tabela, como observamos a seguir:

Tabela 2: Levantamento.

Semana	X (comerciais)	Y (vendas)
1	2	50
2	5	57
3	1	41
4	3	54
5	4	54
6	1	38
7	5	63
8	3	48
9	4	59
10	2	46

Fonte: Anderson *et al.* (2019).

E esses foram os resultados, com a primeira fórmula:

3) $r = 0,93$

Já a segunda fórmula, gerou o seguinte resultado:

$$4) \quad r = \frac{990}{1063.01} \approx 0,9315$$

Ou seja, ambas fórmulas convergem para o mesmo resultado, com o resultado (4) não estando simplificado como no caso do resultado (3). Sem o uso da IA, demoraria bastante para saber se ambas funcionam. Seria necessário resolver na “mão” com os

dados do exercício ou realizar a formalização matemática das fórmulas para encontrar os mesmos resultados. E esse passo da compreensão da formalização matemática foi o que fiz logo em seguida.

Utilizei um comando simples, após inserir a fórmula na IA, que permitiu ver o desenvolvimento do ponto inicial até a fórmula final. O comando foi: “Demonstre como chegar matematicamente nesta fórmula de correlação. Detalhadamente”.

Ou seja, a ferramenta me permitiu ver, detalhadamente, passo a passo, como foi possível chegar em cada fórmula e compreender por que elas são diferentes na sua expressão final, mas geram o mesmo resultado. Para quem gostar de observar alternativas para resolução de um problema, é fundamental ter uma ferramenta dessas em sua disposição.

Nova visão: um lindo horizonte à vista

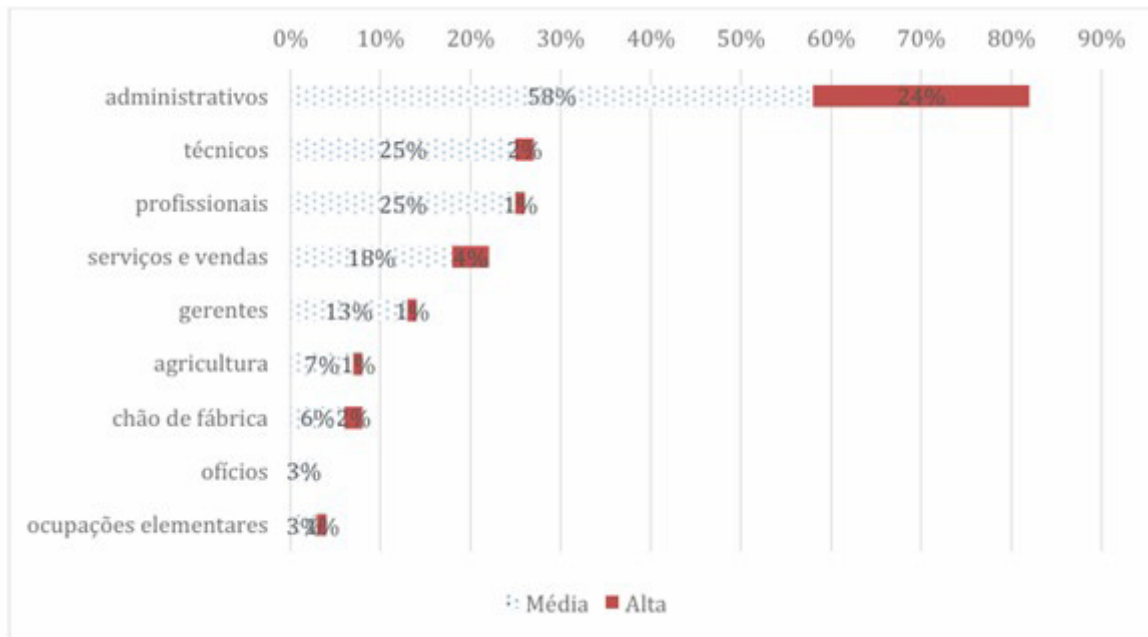
Com essa experiência nova, passei a ver completamente diferente até mesmo os meus argumentos que usava anteriormente.

A visão sobre a ciência econômica e os modelos de aprendizagem de máquina estava incompleta. Almeida e Nas (2024) afirma que os modelos precisam da presença de pessoas, principalmente devido a questão de ética dos dados, já que a quantidade utilizada é grande. E também, a ética da interpretação de resultados. Wołoszyn e Bukowski (2025) aponta que a presença de um ser humano acompanhando e melhorando os parâmetros mínimos sempre será necessário, pois a ferramenta não é completamente independente.

Em políticas públicas as aplicações destas ferramentas de projeção por meio de aprendizagem por máquinas se tornam cada vez mais importantes. Porém, o componente humano, de compreender as necessidades de uma sociedade, sempre precisará ser presente, é o ideal.

Me esqueci de um detalhe muito importante que é possível apontar também, nessa releitura que fiz dos meus conceitos, o impacto no restante das profissões da pesquisa que apresentei no capítulo anterior, que envolvia os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Apesar dos serviços administrativos realmente enfrentarem uma forte probabilidade de estarem expostos aos avanços da IA, várias profissões-chaves não estão. Na verdade, a maioria citada no estudo. Tarefas ou cargos como gerentes, técnicos e até mesmo trabalhadores de chão de fábrica, estavam abaixo de 2% em termos de alta exposição às mudanças de IA. Somente serviços e vendas estavam próximos de 4% de exposição. Abaixo o gráfico com as exposições:

Figura 3: Tarefas com média e alta exposição à IA generativa por categoria ocupacional.



Fonte: Gmyrek; Berg; Bescond (2023).

Neste contexto, a IA tem sim impacto em profissões, mas pelo menos até o que temos disponível, poucas profissões realmente estão expostas, inclusive na visão do órgão internacional mais importante, em termos de mercado de trabalho, a OIT. Mesmo no caso dos serviços administrativos, haverá uma transição e adaptação no mercado de trabalho. Esse fato me lembra bastante os tempos de inovação bancária na década de 90, com a inserção do caixa eletrônico. O caixa eletrônico era temido pois era considerado como o fim da carreira do bancário, com a possibilidade do fim dos caixas humanos nos bancos. No fim do processo de modernização bancária restaram caixas humanos dentro das instituições, pois o contato ainda é importante. Nem todos gostam do caixa eletrônico, mas os caixas eletrônicos estão lá, presentes, para qualquer um poder utilizar.

Sendo assim, nessa jornada como um todo, é possível a gente retornar a pergunta inicial do título do trabalho. “IA no aprender: Enfrentar? Desconfiar? Aceitar? Se entregar?”. E diria que sim, para todas as quatro perguntas.

Devemos enfrentar nossos preconceitos e visão limitada, especialmente quando não experimentamos uma outra perspectiva. Nos permitindo ver um ponto de vista diferente quando estamos julgando algo, especialmente tão importante como a IA.

Devemos desconfiar de ferramentas de IA, usuários e pesquisas que utilizem elas sim, ainda mais aqueles que não levam a questão da ética no uso e coleta dos dados a sério.

Devemos aceitar, os avanços que tenham o potencial não somente de facilitar as nossas vidas como indivíduos, mas que permitam a expansão da nossa capacidade de crescimento como humanidade. Devemos nos entregar, aos maravilhosos ciclos de progresso científico, pois o progresso beneficia a todos nós.

RICARDO QUIRINO THEODORO

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2010). Mestre em economia pela Universidade Federal de São Carlos - UFScar - (2015). Conto com experiência em economia geral, nos assuntos de macroeconomia, econometria, modelagem matemática, organização industrial, estatística, economia do setor público e história do pensamento econômico. Atuei também com logística e comércio exterior. Tenho experiência com ensino presencial e EAD.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Virgílio. NAS, Elen. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 141, p. 17–28, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/247065> Acesso em: 20 mar. 2026
- ANDERSON, David R. *et al.* **Estatística aplicada à administração e economia**: edição completa. 4 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2021. 784 p.
- BUSSAB, O. Wilton, MORETTIN, Pedro. **Estatística Básica**. 6. ed. – São Paulo: Saraiva, 2010. 568 p.
- WOŁOSZYN, Jacek. BUKOWSKI, Sławomir. The Impact of AI on Economic Modelling. **European Research Studies Journal**. Volume XXVIII, Issue 1, 640-660, 2025. Disponível em: <https://ersj.eu/journal/3927> . Acesso em 09 fev. 2026.
- COSTA, Renato S. *et al.* Explorando a adoção da inteligência artificial no ensino: um estudo de caso no IFRJ. **Caderno Pedagógico**, v.21, n.13, 2024. Disponível em: <https://ojs.studies-publicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/12638> . Acesso em: 17 mar. 2026.
- DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. São Paulo: WMF Martins fontes. 2010. 200 p.
- NAZARENO, Cláudio; GARNITSKIY, Leonid; LIMA, Pedro G. C. Inteligência Artificial e seu impacto no mercado de trabalho – uma análise introdutória. **Estudos das Consultorias Legislativa e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados**, 2025. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/713c3e0c-af16-449a-814c-e622ea058f7d> Acesso em: 02 mar. 2026.
- GMYREK, Pawel; BERG, Janine; BESCOND, David. Generative AI and jobs: A global analysis of potential effects on job quantity and quality. International Labour Organization, 2023. Disponível em: <http://ilo.org/publications/generative-ai-and-jobs-global-analysis-potential-effects-job-quantity-and> . Acesso em: 16 fev. 2026.

DOCÊNCIA, ESTUDANTES E O USO RESPONSÁVEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ENSINO SUPERIOR

| Thabata Chaves Pereira Lima⁷

Introdução

A presença da inteligência artificial (IA) no cotidiano acadêmico deixou de ser uma possibilidade futura para se tornar uma realidade concreta, especialmente na vida dos estudantes do ensino superior. Ferramentas de IA generativa passaram a integrar, de forma espontânea, os processos de estudo, produção de textos, organização de rotinas e resolução de problemas acadêmicos. Esse cenário impõe à docência um reposicionamento urgente: não se trata mais de discutir se a IA deve ou não ser utilizada, mas de orientar como utilizá-la de forma ética, crítica e pedagógica.

O Simpósio Docente proporcionou um espaço privilegiado para refletir sobre esse novo contexto educacional, reunindo professores de diferentes áreas para debater os impactos da IA na docência, na aprendizagem e na formação humana. A abertura do evento e os *workshops* evidenciaram preocupações comuns, como a autoria dos trabalhos acadêmicos, a superficialização do conhecimento, o risco do uso acrítico da tecnologia e, ao mesmo tempo, as inúmeras possibilidades de inovação pedagógica que emergem quando a IA é utilizada como ferramenta de apoio ao aprendizado.

Este relato de experiência tem como objetivo compartilhar reflexões e aprendizados construídos a partir da participação no Simpósio Docente, articulando-os com situações vivenciadas no cotidiano acadêmico, especialmente no contexto da Educação Física e das Ciências da Saúde. O foco principal é o estudante, buscando oferecer orientações claras e acessíveis sobre o uso responsável da inteligência artificial como recurso de aprendizagem, sem perder de vista a centralidade da autoria, da ética e da responsabilidade intelectual.

A inteligência artificial no cotidiano do estudante

No dia a dia universitário é cada vez mais comum que estudantes recorram à IA para elaborar resumos, estruturar trabalhos acadêmicos, revisar textos, criar roteiros de apresentações e até mesmo responder atividades avaliativas. Em muitos casos, esse uso ocorre sem mediação pedagógica, o que gera insegurança tanto para os docentes quanto para os próprios alunos.

7. Pós-graduanda em Personal Training (USP, Ribeirão Preto). Mestra em Ciência da Saúde (UNICSUL, 2025), especialista em Basquetebol (UNYLEYA, 2022) e em Psicomotricidade e Docência no Ensino Superior (FAVENI, 2021). Bacharela em Educação Física (EEFMESP, 2022) e licenciada em Educação Física (UNINOVE, 2014). Técnica em Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública (ESSd, 2015).

Durante os *workshops* do Simpósio Docente, discutiu-se amplamente que o problema central não está na ferramenta em si, mas na forma como ela é utilizada. A IA pode ser um potente recurso de apoio à aprendizagem, desde que o estudante compreenda seus limites. A tecnologia não pensa, não vivencia a prática profissional e não substitui o processo reflexivo necessário à construção do conhecimento. Quando utilizada de maneira automática, sem leitura crítica ou validação das informações, a IA pode induzir a erros conceituais, generalizações inadequadas e até mesmo comprometer a formação acadêmica.

No campo da Educação Física, por exemplo, observa-se que respostas geradas por IA podem apresentar conceitos desatualizados sobre treinamento físico, saúde ou avaliação corporal, caso o estudante não tenha repertório teórico para identificar inconsistências. Isso reforça a importância de que o aluno desenvolva competências como leitura científica, análise crítica de fontes e responsabilidade sobre aquilo que assina como autor.

Docência em transformação: desafios e possibilidades

Um dos pontos centrais discutidos na abertura do Simpósio Docente foi a necessidade de transformação da prática pedagógica frente ao avanço tecnológico. O papel do professor deixa de ser exclusivamente o de transmissor de conteúdos e passa a ser, cada vez mais, o de mediador do conhecimento, orientador de processos e formador de consciência crítica.

Essa mudança exige que o docente compreenda o funcionamento básico das ferramentas de IA, seus potenciais e suas limitações. Nos *workshops*, ficou evidente que professores que se aproximam da tecnologia conseguem estabelecer diálogos mais produtivos com os estudantes, criando estratégias de ensino que incorporam a IA de forma consciente, sem abrir mão dos princípios éticos e acadêmicos.

No cotidiano acadêmico, isso pode se traduzir em propostas avaliativas que valorizem processos, reflexões e aplicações práticas, e não apenas o produto final. Atividades que envolvam análise de casos, relatos de experiência, vivências práticas e articulação entre teoria e prática dificultam o uso inadequado da IA e estimulam o protagonismo do estudante.

Orientações aos estudantes sobre o uso da IA

A partir das reflexões do Simpósio Docente, torna-se fundamental orientar os estudantes de forma clara e direta sobre como utilizar a inteligência artificial de maneira responsável. Algumas diretrizes precisam ser constantemente reforçadas:

Primeiramente, a IA deve ser compreendida como uma ferramenta de apoio, e não como substituta da autoria. O estudante é responsável por tudo aquilo que entrega como produção acadêmica, devendo revisar, adaptar e validar as informações geradas pela tecnologia.

Em segundo lugar, é essencial que o aluno utilize a IA para auxiliar no processo de aprendizagem, como na organização de ideias, compreensão de conceitos iniciais ou revisão textual, mas sempre complementando com leituras acadêmicas, artigos científicos e materiais indicados pelo professor.

Outro ponto discutido nos *workshops* diz respeito à ética acadêmica. Copiar integralmente respostas geradas por IA e apresentá-las como produção própria caracteriza quebra de princípios éticos e pode comprometer a formação profissional. O estudante precisa compreender que aprender envolve esforço intelectual, dúvidas, erros e reconstruções, e que nenhum recurso tecnológico elimina essa necessidade.

Por fim, é importante destacar que o uso consciente da IA pode, inclusive, fortalecer a autonomia do estudante, desde que ele desenvolva a capacidade de questionar, comparar fontes e refletir criticamente sobre o conteúdo produzido.

A experiência docente na Educação Física

Na área da Educação Física, a formação profissional está diretamente ligada à prática, à observação do corpo em movimento, à vivência de métodos de treinamento e à interação humana. Nesse contexto, a IA pode ser uma aliada na organização de planos de aula, na compreensão de conceitos fisiológicos e na sistematização de informações, mas jamais substitui a experiência prática.

Ao longo da atuação docente, percebe-se que estudantes que utilizam a IA de forma orientada conseguem ampliar seu repertório teórico e estruturar melhor seus trabalhos acadêmicos. Por outro lado, aqueles que recorrem à tecnologia sem mediação tendem a apresentar produções genéricas, desconectadas da realidade profissional e com fragilidades conceituais.

As discussões do Simpósio Docente reforçaram a importância de explicitar essas questões em sala de aula, dialogando abertamente com os estudantes sobre o uso da IA, seus benefícios e seus riscos. Esse diálogo contribui para a construção de uma cultura acadêmica baseada na responsabilidade, na ética e no compromisso com a aprendizagem significativa.

Inteligência artificial e os processos de avaliação acadêmica

Um dos temas que emergiram com força nos workshops do Simpósio Docente foi a necessidade de repensar os processos avaliativos frente à popularização da inteligência artificial. Avaliações centradas exclusivamente no produto final, como trabalhos escritos padronizados, tornaram-se mais vulneráveis ao uso inadequado da tecnologia, exigindo do docente novas estratégias para garantir a integridade acadêmica.

Nesse contexto, a avaliação por processo ganha destaque. Acompanhamento das etapas de construção do trabalho, devolutivas parciais, apresentações orais, discussões em grupo e atividades práticas permitem ao professor identificar o nível de compreensão do estudante e sua capacidade de articular teoria e prática. Essas estratégias não apenas dificultam o uso indiscriminado da IA, como também promovem uma aprendizagem mais profunda e significativa.

Na Educação Física, por exemplo, avaliações que envolvem a elaboração de planos de treinamento contextualizados, análise de perfis individuais e justificativa das escolhas metodológicas estimulam o pensamento crítico e reduzem a dependência de respostas

prontas. A IA pode auxiliar na organização inicial dessas tarefas, mas o estudante precisa demonstrar domínio conceitual e coerência profissional.

O Simpósio Docente reforçou que avaliar não é apenas medir resultados, mas acompanhar trajetórias de aprendizagem. Ao compreender esse processo, o estudante passa a perceber que o uso ético da IA não é uma ameaça, mas uma ferramenta que pode contribuir para seu desenvolvimento acadêmico quando utilizada com responsabilidade.

O uso da inteligência artificial na elaboração deste relato

A inteligência artificial foi utilizada como ferramenta de apoio na organização das ideias e na estruturação inicial do texto deste relato de experiência. A autora realizou a revisão integral do conteúdo, adaptou a linguagem à sua área de atuação, validou informações e garantiu a coerência com sua prática docente e com as discussões vivenciadas no Simpósio Docente.

Essa escolha é intencionalmente explicitada como forma de orientação aos estudantes, reforçando que a IA pode ser um recurso legítimo no processo de escrita acadêmica, desde que não substitua a autoria, o pensamento crítico e a responsabilidade intelectual do autor.

Considerações finais

O Simpósio Docente evidenciou que a inteligência artificial é uma realidade irreversível no ensino superior, mas que seu impacto na formação acadêmica dependerá diretamente da forma como docentes e estudantes se relacionam com essa tecnologia. Cabe ao professor assumir um papel ativo na mediação desse processo, orientando, problematizando e criando estratégias pedagógicas que valorizem a aprendizagem significativa.

Para o estudante, o desafio é compreender que a tecnologia não elimina a necessidade de estudar, refletir e se responsabilizar por sua formação. A IA pode ampliar possibilidades, mas não substitui o compromisso ético, a autoria e a construção do conhecimento.

Este relato de experiência busca contribuir para esse debate, oferecendo reflexões e orientações que dialogam com a realidade acadêmica e reforçam o papel formativo da docência frente aos desafios contemporâneos.

THABATA CHAVES PEREIRA LIMA

Mestre em Ciência da Saúde pela UNICSUL, além de ser especialista em Psicomotricidade e Docência no Ensino Superior (2021) pela FAVENI, e em Basquetebol pela UNYLEYA (2022). Possui graduação em Bacharel em Educação Física pela Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2022) e licenciatura em Educação Física (2014) pela UNINOVE. Atualmente é bolsista na pós-graduação em Personal Training na Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto, e professora universitária do Centro Universitário FAM.



REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2017. 260 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Articulação:** programa de integridade. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023-2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/ProgramadeIntegridadedoMEC_202320241.pdf. Acesso: 02 jun. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2019. 144 p.

